

Leite apresenta a aliados proposta de aumento do ICMS para 19,5%

POLÍTICA +



ROSANE DE OLIVEIRA

Com Bruno Paroz | bruno.paro@zerohora.com.br

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Leite propõe aumentar ICMS para 19,5%

ALIÁS

Convocados de última hora para uma reunião no Galpão Criatório do Palácio Piratini, na noite de terça-feira, deputados da base aliada levaram um choque: o governador Eduardo Leite apresentou ao grupo a ideia de encaminhar à Assembleia um projeto que aumenta a alíquota básica do ICMS de 17% para 19,5%.

Leite pediu que os deputados mantivessem sigilo absoluto, mas consultassem seus partidos o mais depressa possível. É que o governo corre contra o tempo e precisaria protocolar o projeto ainda hoje, para que a tramitação em regime de urgência permita a votação até o recesso, sem convocação extraordinária entre o Natal e o Ano-Novo.

O convite dizia apenas que a reunião seria "referente ao protocolo de projetos de lei". De fato, foram apresentados os projetos prioritários, como a recriação da Agência de Desenvolvimento e a alteração do ICMS de produtos específicos, mas a bomba era o aumento da alíquota geral.

O tom de Leite, segundo testemunhas que pediram para não serem identificadas, foi de desabafo. - Ele disse que não tinha nenhum prazer em apresentar um projeto desses, que contraria o discurso de campanha, mas explicou que, se mantiver o ICMS de 17% durante o período de transição, o Estado vai perder muito com a reforma tributária nos próximos anos.

O movimento, explicou Leite aos deputados, seria conjunto dos Estados do Sul e Sudeste, que fizeram as contas e concluíram que ter uma alíquota baixa de ICMS reduzirá os valores que a União terá de compensar nos próximos anos. No caso do Rio Grande do Sul, a perda seria de R\$ 4 bilhões anuais.

O Paraná já aumentou a sua alíquota de 18% para 19% em 2022, valendo a partir de março deste ano. Santa Catarina, governada por Jorginho Mello (PL), cobra os mesmos 17% do Rio Grande do Sul, o mais baixo do país.

O tema tem sido discutido nas reuniões do Conselho de Integração Sul-Sudeste, mas em nenhum momento Leite admitiu encaminhar o projeto à Assembleia.

Na reunião de terça-feira, nenhum deputado disse sim ou não, até porque o pedido era para que analisassem com calma a proposta durante o feriado, pensando os prós e os contras. Atordoados com a notícia, alguns parlamentares pediram que o governo conversasse com as entidades empresariais, enquanto outros avisaram que eles mesmos fariam essa consulta.

Um deles pediu que o governo apresentasse um levantamento de como foram as votações nos 17 Estados que aumentaram a alíquota de ICMS.

Apesar de a Secretaria da Fazenda ter feito estudos sobre o aumento do ICMS, Eduardo Leite só divulgou a proposta de elevar a alíquota para 19,5% depois de consolidar a entrada do Republicanos na base do governo. Isso não significa que todos os deputados do partido aceitem votar a favor.

Promessa é dívida

Assim que a coluna publicou a informação de que Eduardo Leite pretende aumentar a alíquota básica do ICMS, adversários correram a resgatar os vídeos da campanha em que ele se comprometera a não elevar impostos. A justificativa do governo é de que o cenário mudou e que Leite quer evitar prejuízo futuro ao RS.

ICMS NOS ESTADOS

Confina as alíquotas adotadas em cada unidade da federação

ESTADO	2022	2023	2024
Acre	17%	19%	19%
Alagoas	17%	19%	19%
Amazonas	18%	20%	20%
Amapá	18%	18%	18%
Bahia	18%	19%	20,5%
Ceará	18%	18%	20%
Distrito Federal	18%	18%	20%
Espírito Santo	17%	17%	17%
Goias	17%	17%	17%
Maranhão	18%	20%	20%
Minas Gerais	18%	18%	18%
Mato Grosso do Sul	17%	17%	17%
Mato Grosso	17%	17%	17%
Pará	17%	19%	19%
Paraíba	18%	18%	20%
Pernambuco	18%	18%	20,5%
Piauí	18%	21%	21%
Paraná	18%	19%	19%
Rio de Janeiro	18%	18%	18%
Rio Grande do Norte	18%	20%	18%
Roraima	18%	20%	20%
Rio Grande do Sul	17%	17%	17,5%*
Santa Catarina	17%	17%	17%
Sergipe	18%	19%	19%
São Paulo	18%	18%	18%
Tocantins	18%	20%	20%

* Governo do RN enviou à Assembleia projeto para manter alíquota em 20% em 2024.

** Governo do RS quer propor elevação de 17% para 19,5% a partir de 2024.

Fonte: Confedat

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política Pagina: 6